



**LEI Nº 4.240/2025**

**AUTORIZA A INSTITUIÇÃO DA CASA DE PASSAGEM PARA ACOLHIMENTO PROVISÓRIO DE MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR, BEM COMO SEUS DEPENDENTES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE ITAGUAÍ;**

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu Sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo a instituir a Casa de Passagem para acolhimento provisório de mulheres vítimas de violência doméstica e familiar, bem como seus dependentes menores de 18 (dezoito) anos e/ou os seus dependentes maiores com deficiência.

Parágrafo único. A Casa de Passagem prevista no caput deste artigo será um espaço de acolhimento e proteção, visando garantir a segurança e a integridade física das vítimas em caráter temporário.

Art. 2º A Casa de Passagem para mulheres vítimas de violência doméstica e familiar e seus dependentes será vinculada à Secretaria Municipal da Mulher, responsável pela sua gestão, supervisão e regulamentação.

§ 1º A Secretaria Municipal da Mulher terá a competência de coordenar as atividades e os serviços oferecidos pela Casa de Passagem, garantindo a qualidade do atendimento multidisciplinar e a proteção das vítimas.

§ 2º A Secretaria Municipal da Mulher poderá estabelecer parcerias com outras secretarias, órgãos públicos, entidades privadas e organizações da sociedade civil para aprimorar o funcionamento e ampliar o alcance dos serviços prestados pela Casa de Passagem.

Art. 3º Os objetivos da Casa de Passagem são:

- I- Proteger mulheres em situação de vulnerabilidade, vítimas de violência doméstica e familiar;
- II- Oferecer abrigo temporário e seguro para as vítimas e seus dependentes;
- III- Prestar assistência psicológica e social para as mulheres acolhidas;
- IV- Apoiar os dependentes menores de idade e os dependentes maiores com deficiência, garantindo atendimento e proteção durante o período de acolhimento;



V- Trabalhar em parceria com outras entidades públicas e privadas para assegurar o atendimento multidisciplinar.

Art. 4º A Casa de Passagem contará com uma equipe de referência, no mínimo, por:

- I- Coordenadora;
- II- Psicóloga;
- III- Assistente Social;
- IV- Cuidadoras Sociais;
- V- Cozinheiras;
- VI- Auxiliares Administrativos;
- VII- Auxiliares de Serviços Gerais;
- VIII- Guardas Municipais ou Zeladores;
- VIII- Motoristas.

§1º A equipe de referência deverá estar capacitada para lidar com casos de violência doméstica e familiar, oferecendo suporte psicológico e acolhimento às vítimas.

§2º Poderá haver parcerias com entidades não governamentais, empresas, universidades e outras instituições para reforço e ampliação do atendimento.

Art. 5º A duração do acolhimento na Casa de Passagem será estabelecida da seguinte forma:

- I- O período de acolhimento em Casa de Passagem terá o limite máximo de 72 (setenta e duas) horas, a partir do momento de entrada da mulher nas dependências da Casa, sendo oferecido um ambiente seguro e temporário para proteção imediata enquanto se viabiliza o encaminhamento para abrigo de longa permanência.
- II- O acolhimento será garantido de forma gratuita, confidencial e segura, preservando os direitos e a integridade física e emocional da mulher acolhida, bem como seus dependentes.
- III- Durante esse período, serão realizadas avaliações de risco e da situação da mulher, visando viabilizar, o mais rapidamente possível, a transferência para uma Casa Abrigo do Estado ou outra instituição de acolhimento adequada, conforme necessário.





Art. 6º A estrutura da Casa de Passagem deverá contar com espaços adequados para a acomodação, alimentação, atendimento psicológico, além de atividades de lazer e educação para os dependentes das vítimas.

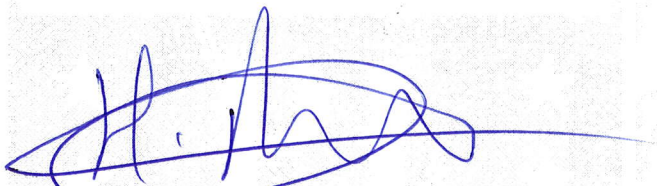
Parágrafo único. Os recursos para a instalação e manutenção da Casa de Passagem poderão ser provenientes do orçamento municipal, bem como de convênios com outras esferas do governo, doações de entidades privadas e de organizações não governamentais.

Art. 7º As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta de verbas próprias do orçamento, suplementadas se necessário.

Art. 8º O Poder Executivo regulamentará esta Lei no que couber.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Itaguaí, 21 de maio de 2025.



**HAROLDO RODRIGUES JESUS NETO**  
**PREFEITO EM EXERCÍCIO**

Autoria: Vereadora Rachel Secundo da Silva